



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**ESCRITAS, GUARDADOS E MEMÓRIAS: UM ESTUDO DOS
COPIADORES DE CARTAS DE DOM JOAQUIM FERREIRA DE
MELLO**

Cristiéle Santos de Souza*

“A correspondência organiza os vestígios de histórias em migalhas. Convém primeiramente indagar sobre o próprio processo da conservação e da construção desse objeto inserido no tempo e no espaço social, desde o nascimento, uma a uma, das cartas singulares, até sua comunicação aos historiadores pela família, como um todo indissociável.”
Cécile Dauphin

As cartas preservadas são, como afirma o texto em epígrafe, partes singulares de um todo indissociável. Partes que, a um só tempo, organizam e compõem histórias em migalhas, revelam sujeitos, descrevem situações e indiciam relacionamentos. As cartas são, assim, objetos passíveis de compreensão apenas quando pensadas em sua dinâmica e pluralidade, ou seja, pensadas como uma prática de escrita socialmente estabelecida e integrada às permanências e rupturas resultantes de uma vida em sociedade. Quando preservadas, por famílias, indivíduos ou instituições, as cartas passam a integrar narrativas memoriais apoiadas em uma lógica específica de organização que, assim como o exercício de lembrar, seleciona e organiza as informações, compondo um todo indissociável.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria- RS; Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - RS.

Com o propósito de compreender o acervo epistolar de Dom Joaquim como um todo indissociável, sem desconsiderar as singularidades de suas partes, este artigo propõe pensar a carta como um documento historicamente observável, integrado às transformações da sociedade e às demandas impostas por instituições e pela relação de sociabilidade estabelecida entre as partes do pacto epistolar¹. Da mesma forma, aborda a constituição do acervo como parte de contextos limitados pelo exercício do sacerdócio e, pelas transformações ocorridas na vida do missivista.

JOAQUIM E SEUS COPIADORES DE CARTAS

Os moradores da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul já estão familiarizados com a figura do bispo austero e imponente, cuja imagem representada em bronze se faz presente em uma de suas praças. Da mesma forma, o Seminário São Francisco de Paula, planejado e erigido durante a gestão de Dom Joaquim, mantém viva a memória de seu fundador por meio de um espaço expositivo que reúne documentos, vestimentas, fotografias, dentre outros objetos que pertenceram ou fazem referência ao bispo. Em meio a tantos documentos encontra-se um conjunto de treze livros copiadores de cartas², nos quais estão arquivadas cópias da correspondência expedida por Dom Joaquim entre os anos de 1915 e 1940.

Resultante da vida sacerdotal ou de um hábito pessoal, o epistolário de Dom Joaquim apresenta-se como um rico espaço de análise do ambiente clerical das primeiras décadas do século XX, bem como um espaço privilegiado de conhecimento sobre o escrevente, a respeito do qual pouco se conhece.

Joaquim Ferreira de Mello nasceu em 31 de agosto de 1873 no povoado Sítio São José, localizado entre o Crato e o Juazeiro.³ Filho de uma família abastada, proprietária de terras e de engenhos, Joaquim iniciou seus estudos no sítio da própria

¹ De acordo com Gomes (2004, p.19) o pacto epistolar estabelecido entre os correspondentes envolve “receber, ler, responder e guardar cartas”.

² O copiador de cartas, por definição, é um “livro em que se copiam cartas ou outros documentos” (FARIA & PERICÃO, s/d). Ele surge no sentido de garantir a preservação das cartas enviadas e o acesso do autor à correspondência que enviou.

³ Os dados referentes ao nascimento de Joaquim Ferreira de Mello provêm de seu registro de batismo disponibilizado na obra biográfica *Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula*, 2006. No mesmo registro consta como celebrante Padre Cícero Romão Batista. Este dado não consta na primeira biografia de D. Joaquim publicada em 1963.

família, tendo como preceptor o Professor Dr. Manuel de Souza Rolim⁴, o qual teria sido o responsável por iniciá-lo na leitura dos clássicos e do latim.

Em 1890, já com 17 anos, Joaquim ingressou no Seminário Menor São José na cidade do Crato⁵, o qual tinha como reitor, Monsenhor Francisco Monteiro e como formadores os padres Quintino Rodrigues de Oliveira e Joaquim Sother. O referido seminário fechou as portas no ano seguinte forçando a transferência de seus internos para outros seminários na região. Diante dessa situação, Joaquim foi transferido para o Seminário Episcopal de Olinda, onde concluiu os estudos preparatórios e iniciou o curso de Teologia.

No ano de 1897, Joaquim recebeu a primeira tonsura, as ordens menores e o diaconato, para no ano seguinte ser ordenado sacerdote pelo então Bispo da Diocese de Olinda, D. Manuel dos Santos Pereira. Após a ordenação, Pe. Joaquim regressou ao Ceará, onde assumiu uma paróquia no sertão nordestino. Por sete anos trabalhou como pároco na região de Inhamuns, hoje conhecida como paróquia de Tauá. Em 1905 deixou a paróquia e agregou-se ao corpo docente do Colégio Beneditino da Serra do Estevão, lecionando as disciplinas de História e Português.

O desacordo dos monges em relação à reforma do ensino empreendida por Rivadávia Correa⁶, fez com que a congregação deixasse a escola e entre eles, Pe. Joaquim. Em retorno a cidade do Crato, o professor e padre Joaquim fundou junto a dois amigos, também padres⁷, o Colégio São José que funcionou de 1909 a 1913. De acordo com Mendes (2006, p.61), durante o mesmo período padre Joaquim “fundou e dirigiu, juntamente com os colegas de direção do colégio o Semanário Católico *A Cruz*, considerado o jornal mais importante da região do Cariri nesse período.”

⁴ De acordo com Monsenhor Souza (1964, 15), primeiro biógrafo de D. Joaquim, Dr. Rolim era um grande conhecedor da literatura latina, pedagogo e cientista de renome em todo o nordeste do país. Teria chagado ao sítio da família Ferreira de Mello fugindo da seca de 1877-1879.

⁵ Hoje chamado Seminário Episcopal do Crato.(MENDES, 2006, p.59)

⁶ A Reforma Rivadávia Corrêa, Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental foi implementada em 5 de abril de 1911 pelo decreto nº 8.659. Esta Reforma adotava a liberdade e a desoficialização do ensino no país, retirando da União o monopólio da criação de instituições de ensino superior. (Cf. CHAGAS, 1979)

⁷ Segundo Mendes (2006, p.61) o Colégio São José foi fundado pelos padres Joaquim Ferreira de Mello, Emílio Leite Alvares Cabral e Pedro Esmeraldo da Silva (primo de Joaquim). De acordo com a correspondência trocada entre Pe. Joaquim, Pe. Esmeraldo e D. Quintino durante o ano de 1920 sabe-se que a convite de Pe. Joaquim e, por estar com problemas na paróquia em que trabalhava, padre Esmeraldo transferiu-se para a Diocese de Pelotas.

Em março de 1915 Pe. Joaquim foi nomeado Vigário Geral da Diocese do Ceará, que no mesmo ano foi elevada a Arquidiocese de Fortaleza, onde permaneceu por seis anos, até que, em março de 1921, foi nomeado Bispo da Diocese de Pelotas. Naquele tempo, a jovem diocese de Pelotas, hoje Arquidiocese Metropolitana, possuía uma configuração geográfica maior do que a atual, uma vez que o Rio Grande do Sul tinha seu território dividido em três dioceses, a saber: Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana, sufragâneas à Arquidiocese de Porto Alegre. Assim, a igreja particular confiada a Dom Joaquim compreendia uma área pastoral hoje correspondente a atual Arquidiocese de Pelotas, e as suas dioceses sufragâneas, Bagé e Rio Grande.

Ao chegar à Diocese de Pelotas no final de 1921, Dom Joaquim encontrou um clero escasso e em sua maioria, estrangeiro. Conforme circular *Relatio super statu Diocesis Pelotensis, Summo*, reservada ao Sr. Núncio Apostólico no Brasil em 6 de outubro de 1923, havia na diocese vinte paróquias pelas quais respondiam párcos, dezessete eram estrangeiros, dos quais: seis portugueses, seis espanhóis, três italianos, um francês e um alemão (MENDES, 2006, p.70). Contrariando as determinações do Concílio de Trento, não havia na diocese um seminário, os jovens vocacionados para o sacerdócio eram encaminhados ao seminário de São Leopoldo, com o qual Dom Joaquim manteve uma vasta correspondência.

Escrever cartas era uma exigência do cargo que Dom Joaquim veio a ocupar, uma vez que somadas aos telegramas, as cartas configuravam a principal forma de comunicação entre os membros do clero local e da Diocese com a Nunciatura Apostólica. No entanto, o hábito de manter uma vasta correspondência, copiada e arquivada cronologicamente, acompanhava Dom Joaquim desde os tempos em que ocupava o cargo de Vigário Geral, visto que as primeiras cartas arquivadas datam de 1915. Ao mudar-se para Pelotas, o novo Bispo trouxe em sua bagagem parte de sua correspondência, e manteve o hábito de arquivar cartas até a sua morte em 1940.

As aproximadamente sete mil cópias de cartas preservadas reúnem uma série de elementos que permitem perceber características da escrita epistolar de Dom Joaquim e critérios de organização do acervo. Dono de um estilo leve e fluido de escrita, Dom Joaquim reuniu um conjunto de textos com temática diversa e abrangente, bem como um número expressivo de destinatários, em sua maioria membros do clero.

Por meio de um fluxo constante de correspondências,⁸ Dom Joaquim organizava o funcionamento da diocese, a formação do clero, as obras assistenciais, as finanças da diocese, a distribuição de verbas para as paróquias, o funcionamento das irmandades e escolas para leigos e as relações com a Arquidiocese de Porto Alegre e com a Nunciatura Apostólica. Além disso, era por meio das cartas que Dom Joaquim diminuía as distâncias e mantinha os vínculos com os amigos que ficaram no Nordeste.

O epistolário de Dom Joaquim pode ser observado a partir de duas partes distintas: a primeira compreende os onze primeiros livros, os quais reúnem cópias de cartas escritas entre 1915 e 1934 e parte do conjunto de cartas escritas entre 1935 e 1938. Contendo, em sua maioria cartas manuscritas, estes livros são compostos por páginas numeradas no canto superior direito, precedidas por um índice em ordem alfabética. O papel é translúcido e não apresenta margens ou qualquer outra marca impressa com exceção da numeração e do alfabeto que orienta a elaboração do índice.

No conjunto de cópias manuscritas não há evidências de mudanças significativas da caligrafia, fato que indica que apenas uma pessoa era responsável por escrever as cartas e conseqüentemente por fazer as cópias. Cabe chamar a atenção para esse fato, pois, a exemplo do Copiador de cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, é comum o registro de muitas caligrafias no mesmo copiador.⁹ Como Bispo da Diocese de Pelotas Dom Joaquim poderia dispor de um secretário para organizar sua correspondência, no entanto, não há indícios de qualquer outra caligrafia, mesmo nas anotações marginais referentes ao não envio ou ao descarte das cartas. Ao contrário do Copiador de cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, os copiadores de cartas de Dom Joaquim não possuem termo de abertura e encerramento, da mesma forma, as páginas não são rubricadas e não há uma seleção rigorosa acerca das cartas a serem copiadas, uma vez que, nos copiadores de Dom Joaquim, foram arquivadas cartas formais, cartas informais, bilhetes, cobranças, cartas relatórios e demais correspondências sem uma classificação formal. Havia, contudo, uma

⁸ De acordo com o inventário preliminar de cartas enviadas entre os anos de 1920 e 1940, uma vez que as cartas escritas entre 1915 e 1919 não apresentam condições de conservação adequadas para a contagem, contou-se uma média de aproximadamente 275 cartas por ano.

⁹ De acordo com LEONI (2008, p. XXXVIII) o Copiador de Cartas de Dom Frei Manuel da Cruz é resultado do trabalho de vários funcionários do bispado responsáveis por copiar de forma manuscrita a correspondência do bispo. Embora as técnicas de cópia com tinta copiadora tenham sido desenvolvidas no século XVIII, este método não era usado para fazer as cópias das cartas de Dom Frei Manuel da Cruz, o que dificultava o processo de cópia.

preocupação em manter organizadas as informações referentes ao comércio epistolar¹⁰ estabelecido entre Dom Joaquim e seus correspondentes. Cada livro era organizado por um índice em ordem alfabética pelo nome do autor. Neste índice era indicado o número de cartas enviadas para cada um dos correspondentes e a página em que cada cópia podia ser encontrada.

A segunda parte do acervo é composta por dois livros, os quais reúnem parte das cópias de cartas escritas entre 1935 e 1938 e das cartas escritas em 1939 e 1940. Ao contrário dos livros anteriores estes não são livros apropriados para a cópia de cartas e documentos. As cópias de cartas são datilografadas, perfuradas e encadernadas com capa dura e presas por hastes de metal. Nelas não há índice e as folhas não são numeradas. As poucas anotações nas margens são manuscritas e semelhantes à mesma caligrafia das cartas anteriores.

As cartas datilografadas que nos primeiros anos do epistolário eram raras e de difícil cópia, passaram a compor a totalidade dos livros nos últimos anos de vida de Dom Joaquim. No entanto, foram mantidas as anotações nas margens e mesmo algumas rasuras comuns em várias cartas. As cópias de cartas enviadas a partir de março de 1921 foram marcadas com uma numeração manuscrita em sentido crescente no canto esquerdo superior da página.¹¹ A numeração corresponde apenas às cartas que teriam sido enviadas, enquanto que nas demais a marcação se resume a inscrição “carta não expedida” por vezes acompanhada da assinatura de Dom Joaquim. Assim, deduz-se que esta seja uma segunda intervenção com o intuito de organização do epistolário, provavelmente empreendida pelo próprio escrevente, ou a pedido dele.

Esta segunda tentativa de organização fornece dados relevantes quanto ao fluxo de cartas enviadas e ao controle estabelecido pelo correspondente. Da mesma forma, ao indicar as cartas não expedidas permite que se possa identificar as cartas que foram reescritas ou editadas, bem como aquelas que por motivo desconhecido não foram enviadas.

¹⁰ De acordo com Gastaud (2009, p.38) comércio epistolar refere-se “[...] a simples troca de cartas, regular ou não, entre dois correspondentes”.

¹¹ A numeração das cartas a partir de março de 1921 parece obedecer a critérios relativos à nomeação episcopal, visto que apenas as cartas referentes à Diocese de Pelotas são numeradas, até que em novembro do mesmo ano todas as cartas recebem a numeração correspondente.

O epistolário de Dom Joaquim cobre um período muito longo de sua vida e, conseqüentemente, traz consigo indícios das transformações ocorridas nos tempos e lugares nos quais ele viveu. Da mesma forma, o processo de cópia e arquivamento dessas cartas deixou indícios por meio dos quais é possível perceber, ainda que de forma fragmentária, a importância que Dom Joaquim atribuía aos seus escritos e as informações que ele acreditava que deveriam ser preservadas.

Embora, o ato de arquivar cópias das cartas enviadas fosse uma prática bastante recorrente no período compreendido pelo epistolário estudado e, o trabalho exercido pelo missivista exigisse que as cartas relativas ao cotidiano da diocese fossem arquivadas, o conjunto epistolar reunido por Dom Joaquim apresenta características que o qualificam como um objeto de estudo tanto no que concerne ao seu arquivamento, como no que diz respeito a escrita epistolar como discurso. Assim, é possível pensar este epistolário como um acervo autorreferencial, uma vez que não há um limite claro entre o que seria a produção escrita na esfera privada e a produção relativa atividade episcopal, portanto produzida na esfera pública.

DOM JOAQUIM E SUAS PRIMEIRAS CARTAS COMO BISPO

No dia 20 de outubro de 1921 o Bispo Eleito de Pelotas embarcou no Vapor Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul, onde tomaria posse como Bispo da Diocese de Pelotas.¹² Não há registro de cartas escritas durante a viagem, a primeira carta escrita após o embarque, data de 22 de novembro do mesmo ano e é destinada ao Núncio Apostólico do Brasil, onde Dom Joaquim comunica a sua posse ocorrida em 14 de novembro. A carta ao Núncio é a primeira carta escrita por Dom Joaquim como Bispo de Pelotas e, talvez, por esta razão, seja a primeira a receber a numeração de controle que viria a caracterizar a organização dos seus copiadores de cartas. A partir desta carta a assinatura “+ Joaquim, Bispo de Pelotas” viria a ser usada regularmente em toda a sua correspondência.

Nos primeiros quarenta e cinco dias em Pelotas, os últimos de 1921, Dom Joaquim escreveu cinquenta e oito cartas, em sua maioria, destinadas a organizar o trabalho na diocese e a tomar conhecimento das coisas e das pessoas com as quais viria a

¹² Conforme Mendes (2006, p.65 - 67), Dom Joaquim Ferreira de Mello partiu para Pelotas no dia 20 de outubro de 1921 e chegou ao Porto de Rio Grande no dia 13 de novembro de 1921.

trabalhar, bem como a responder as cartas de felicitações que recebeu por ocasião de sua posse. O grande fluxo de correspondências continuou ao longo do ano de 1922, o primeiro de seu bispado, e consolidou novas práticas em sua escrita epistolar. O copiadore cartas que compreende as cartas escritas neste período apresenta a evidencia de uma nova preocupação por parte do escrevente, a preocupação com a forma e com o sigilo de sua correspondência. Estes são os primeiros a receber anotações marginais assinalando o envio ou a não expedição das cartas, por meio dessas anotações é possível perceber que para cada carta escrita ao Núncio Apostólico, há ao menos, uma carta rascunho, ou seja, escrita e não enviada. A responsabilidade imposta pela dignidade episcopal exigia de Dom Joaquim o conhecimento acerca da maneira correta de se reportar aos diferentes correspondentes, fossem eles clérigos ou não. Assim, como nem sempre era possível escrever a carta adequada na primeira tentativa, seu copiadore cartas ficou repleto de missivas não enviadas ou reescritas.

No dia 24 de novembro de 1921 Dom Joaquim escreveu duas cartas a Dom Francisco de Campos Barreto¹³, mas apenas uma delas foi enviada. Embora as trocas epistolares entre Dom Joaquim e Dom Francisco fossem frequentes desde junho do mesmo ano, a relação estabelecida entre eles não ultrapassava os limites demarcados pela necessidade de trocar informações sobre a Diocese de Pelotas. As cartas, neste contexto, foram utilizadas como um instrumento de transição do governo da diocese, uma vez que antes mesmo da sagração e da posse de Dom Joaquim, Dom Francisco já havia deixado a Diocese de Pelotas e assumido a Diocese de Campinas. A carta reescrita é um indício de que havia entre eles certa formalidade e preocupação com a forma do escrito. Ainda que as duas cartas contivessem o mesmo assunto, a carta que não foi enviada demonstrava um Dom Joaquim confuso diante das demandas da diocese. A aludida carta continha as seguintes palavras iniciais:

Tenho presentes as preciosas cartas de V.Ex^{cia}, datadas de 14 de outubro e 11 de novembro corrente. Antes de tudo devo agradecer à V.Ex^{cia} o favor de me esclarecer tão solicitamente sobre as cousas desta diocese e sobre as pessoas que interessam ao meu governo. Tenho lido e relido a primeira das alludidas cartas de V. Ex^{cia}. Com esta carta, no mesmo envoltório, encontrei a cópia de uma exposição feita por alguns cathólicos de Pelotas ao Sr. Arcebispo sobre a acção do governador do Bispado. Por ora só me é possível ver e ouvir, o que faço com muita

¹³ Dom Francisco de Campos Barreto foi o primeiro Bispo de Pelotas e antecessor de Dom Joaquim.

vontade para poder adquirir conhecimentos necessários ao meu governo (Carta de 24 de novembro de 1921, Acervo Dom Joaquim).¹⁴

Ao decidir não enviar a carta, Dom Joaquim a reescreve utilizando trechos da primeira versão. A nova carta substitui a imagem de um Bispo inexperiente por outra, onde Dom Joaquim demonstra gratidão pela ajuda recebida, mas segurança no trabalho que pretende desenvolver. Embora sutil, a mudança no texto evidencia o espaço ocupado pela escrita epistolar na imagem que se constrói de si mesmo e que se pretende transmitir para outro. Assim, a carta enviada a Dom Francisco ganha novos contornos e inicia da seguinte forma:

Antes de tudo agradecer a V.Ex^{cia} o favor de esclarecer-me tão solicitamente sobre as cousas e pessoas que interessam ao meu governo nesta Diocese. V.Ex^{cia} presta-me, na realidade um serviço inestimável. Tenho presentes as duas estimadas cartas de V. Ex^{cia}, de 14 de outubro e 11 de novembro corrente. Não me é possível agora referir-me a cada um dos itens das mesmas, pela razão obvia de que ainda não estou familiarizado com os negócios de que tratam; guardo-as, porém, com o maior cuidado, para a minha direcção (Carta de 24 de novembro de 1921, Acervo Dom Joaquim).

Além de indicar as cartas não enviadas e evidenciar as cartas reescritas, as marcações e anotações feitas nas margens do livro copiador de cartas demonstram uma preocupação de Dom Joaquim em registrar as particularidades de cada comércio epistolar que empreendia. Da mesma forma, o próprio texto epistolar apresenta dados que contribuem para a leitura dos processos de produção e circulação das cartas em diferentes tempos e lugares. Nas cartas de Dom Joaquim destinadas ao Núncio Apostólico, além do cuidado com a forma e com o conteúdo do texto epistolar, observável nas cartas reescritas, há também uma preocupação com o sigilo das cartas. Em uma delas, Dom Joaquim adverte ao Núncio:

Sobre a exposição que faço do estado da Diocese, peço a V.Ex^{cia}. a tenha como cousa reservada, porque posso ter-me enganado na apreciação das cousas, e um juízo inverídico causará naturalmente desgostos em quem d'elle tenha sido victima, e o povo aqui facilmente se melindra (Carta sem data, Acervo Dom Joaquim).

¹⁴ Optei por conservar a grafia original das cartas, com sua ortografia de época e suas idiossincrasias pessoais, sem utilizar [*sic*] por conta do excessivo número dessas ocorrências.

A mesma situação pode ser observada nas cartas escritas por Dom Joaquim ao Arcebispo de Fortaleza, nas quais as decepções e frustrações resultantes dos primeiros meses de governo são exaustivamente narradas. Em uma dessas cartas Dom Joaquim conclui dizendo: “Peço encarecidamente a V.Ex^{cia} guarde em seu bom coração tudo isto que tenho dito e não deixe voltar aqui, porque eu não devo levar a público muito do que disse, outras cousas podem desanimar o povo e outras me humilham.”¹⁵ As medidas de segurança relativas ao sigilo das cartas estavam também no processo de cópia, uma vez que, nas cartas consideradas sigilosas Dom Joaquim escrevia logo acima da saudação a palavra “Reservada”, indicando a natureza da carta. A questão do sigilo suscita, ainda, outro questionamento referente à cópia e ao arquivamento das cartas: Afinal, por que eram copiadas e arquivadas as cartas consideradas sigilosas? Ainda que só em hipótese, este é um indício de que o copiador de cartas era um documento pessoal do escrevente e que copiar as cartas escritas era, antes de tudo, um gesto de confiança. De outro modo, o gesto de copiar as cartas era uma garantia de tê-las escrito, ou seja, em caso de extravio da carta original, o envio da cópia daria legitimidade à carta perdida.¹⁶

Dentre os muitos diálogos epistolares estabelecidos por Dom Joaquim nos primeiros anos de seu bispado, cabe destacar a correspondência mantida com amigos e conhecidos deixados no Ceará. Esta correspondência apresenta dois grupos distintos: o primeiro é composto por cartas que deram continuidade a diálogos epistolares já existentes, tais como a correspondência com Dom Manuel, Arcebispo de Fortaleza, e com Dom Quintino, Bispo do Crato; e o segundo é composto por cartas que inauguraram novos diálogos epistolares construídos sobre as injunções resultantes da distância.

As distancias e as responsabilidades assumidas por Dom Joaquim ao aceitar o episcopado, interferiram, direta ou indiretamente, na manutenção dos seus diálogos epistolares mais frequentes, isto é, os diálogos construídos em tempos, lugares e condições de enunciação diferentes das encontradas por Dom Joaquim na condição de Bispo de Pelotas. Nas cartas escritas no primeiro ano de seu episcopado, é possível perceber que o teor desses diálogos é modificado, fazendo com que, por exemplo, sua correspondência com o Arcebispo de Fortaleza se torne menos formal e repleta de

¹⁵ Carta de 29 de janeiro de 1922, Acervo Dom Joaquim.

¹⁶ Em muitas de suas cartas Dom Joaquim menciona a necessidade de enviar a cópia de alguma carta perdida, como por exemplo, na carta escrita ao Arcebispo de Porto Alegre: “Pensando que não tenham chegado às mãos de V.Ex^{cia}, as minhas cartas de 15 e 18 de janeiro, envio com a presente as cópias dessas cartas”.(Carta de 18 de fevereiro de 1922, Acervo Dom Joaquim)

confissões, partilhas, e demonstrações de amizade. Em uma de suas cartas, Dom Joaquim confessa: “[...] só digo o meu estado de alma a V.Ex^{cia.}, porque creio na sua boa amizade de que me honro e espero lembrar-me sempre.” Na mesma carta, Dom Joaquim evidencia esta relação dizendo: “V.Ex^{cia.} me pede uma desculpa que eu não posso dar. Desculpas porque me escreve como si me quisesse dirigir? Mas é o que espero de V.Ex^{cia.} quando o azoio com as minhas cartas de légua e meia”¹⁷. As cartas ao Arcebispo de Fortaleza, um total de quatorze ao longo de 1922, configuram-se em um espaço de confissões e pedidos de conselhos, os quais indiciam uma relação de respeito e confiança mútua, também expressa no apoio dado por Dom Manuel no processo de mudança e adaptação de Dom Joaquim à nova diocese.

No mesmo contexto, o diálogo epistolar, antes numeroso e frequente, entre Dom Joaquim e Dom Quintino reduziu-se a duas cartas escritas ao longo do ano de 1922. No entanto, Dom Quintino é assunto de muitas outras cartas neste ano, nas quais Dom Joaquim relata as dificuldades enfrentadas para obter de Dom Quintino a liberação de um dos padres que o acompanhou na mudança para Pelotas. Os problemas resultantes da transferência do mencionado padre da Diocese do Crato para a Diocese de Pelotas acabaram por afastar os correspondentes, assim, houve uma redução drástica no número de cartas, que somavam nove em 1920, dez em 1921 e apenas duas em 1922. Além disso, as cartas adquiriram um estilo formal e marcado por pedidos de informações e notícias, o que indica a ausência ou a redução do número de cartas escritas por Dom Quintino a Dom Joaquim.

De acordo com seus biógrafos, Dom Joaquim esperaria doze anos para fazer a primeira visita ao Ceará depois de sua sagração e posse como Bispo de Pelotas. Durante este período as cartas exerceram a função de diminuir a distância entre o Sul e o Nordeste do país, bem como de sustentar relações de amizade e companheirismo construídas por Dom Joaquim no lugar onde nasceu. As cartas, por definição, são instrumentos capazes de fazer presente a pessoa ausente, assim a distância, ainda que temporária, entre os correspondentes é fundamental para o estabelecimento de um diálogo epistolar. Alguns dos correspondentes mais frequentes de Dom Joaquim durante o seu primeiro ano de bispado aparecem pela primeira vez nos copiadores de cartas em dezembro de 1921, ou seja, apenas quando a distância impôs seus limites.

¹⁷ Carta de 2 de fevereiro de 1922, Acervo Dom Joaquim.

Ao chegar a Pelotas Dom Joaquim estabeleceu novos diálogos epistolares, possivelmente com pessoas antes muito próximas. Dentre os novos correspondentes destaca-se Pe. Octávio, para quem Dom Joaquim escreveu vinte e uma cartas entre novembro de 1921 e dezembro de 1922. As cartas a Pe. Octávio não tinham apenas a saudade como pretexto, uma vez que através delas Dom Joaquim o instrua quanto a administração e organização dos seus negócios no Ceará. Atuando como um procurador, Pe. Octávio movimentava as contas bancárias de Dom Joaquim, fazia pagamentos, enviava jornais, fazia assinaturas de periódicos, dentre outras atividades de ordem financeira. No entanto, era por meio das cartas que recebia de Pe. Octávio que Dom Joaquim sabia notícias dos amigos e familiares deixados no Ceará, para os quais pedia orações e mandava lembranças. Uma das preocupações de Dom Joaquim ao escrever ao Padre Octávio era a situação de outro padre, cujo nome é Plácido e que estando doente não podia mais prover por si mesmo o seu sustento, assim, Dom Joaquim não só enviava dinheiro para ajudar este padre, como solicitava informações sobre sua saúde. Posteriormente, Dom Joaquim passou a escrever ao próprio Pe. Plácido, com o objetivo de lhe enviar palavras de conforto e amizade, dispensando-o de responder as cartas por causa de sua saúde. Ao dispensar Pe. Plácido de responder suas cartas, Dom Joaquim reconhece o esforço necessário para tanto, bem como a impossibilidade que Pe. Plácido tinha em fazê-lo.

Do total de trezentos e noventa e uma cartas escritas entre novembro de 1921, data da posse, e dezembro de 1922, término do primeiro ano de seu episcopado, oitenta e nove cartas são destinadas a cidades do Nordeste brasileiro. Seja para a manutenção de diálogos epistolares anteriormente estabelecidos ou para a instauração de novos diálogos resultantes da distância, as cartas para o Nordeste configuram um fragmento relevante do conjunto de cartas de Dom Joaquim, pois é por meio delas que é possível vislumbrar um Joaquim Ferreira de Mello para além dos seus deveres como Bispo.

Ainda que constitua uma pequena parte do acervo de Dom Joaquim, o conjunto de cartas analisadas apresenta uma série de elementos por meio dos quais é possível pensar a relevância e o uso da escrita epistolar no contexto clerical. Instrumentos fundamentais para a gestão das demandas geradas pelo exercício do sacerdócio e pela relação estabelecida entre a Igreja Católica e a comunidade católica leiga, as cartas expõem, ainda, as diferentes relações estabelecidas neste contexto, relações de submissão, confiança, amizade, dever, dentre outras. Como narrativas fragmentárias e construídas

por meio da percepção e escolha do correspondente, as cartas traçam caminhos e constroem redes de comunicação capazes de preservar da ação do tempo, pequenos quadros sociais de memória, no sentido atribuído por Halbwachs (1976), assim as cartas escritas por Dom Joaquim nos primeiros anos de seu bispado, firmam limites de compreensão para a função e relevância da escrita epistolar no contexto clerical, um contexto que é, também, transformado e construído pela produção e circulação da escrita de cartas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAGAS, V. **Didática Especial de Línguas Modernas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

DAUPHIN, Cécile; LEBRUN-PEZERAT, Pierrette; POUBLAN, Danièle. Une correspondance familiale au XIXe siècle. In. BOSSIS, Mireille(Dir.). **La lettre à La croisée l'individuel et Du sicial**. Paris: Kimé, 1994.

FARIA, Maria Isabel, PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do Livro**. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.

GASTAUD, Carla Rodrigues. **De Correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2009.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, Escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Mouton, 1976.

LEONI, Aldo Luiz (org). **Copiador de cartas particulares do Senhor Dom Frei Manuel da Cruz, Bispo do Maranhão e Mariana (1739-1762)**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

MENDES, Fábio Ranieri da Silva. **Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas e a fundação do Seminário São Francisco de Paula: uma introdução**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

SOUZA, Francisco Silvano de. **Dom Joaquim Ferreira de Melo 2º Bispo de Pelotas. Caxias: Imprimi potest, 1964.**

Carta de 24 de novembro de 1921 – Acervo Dom Joaquim

Carta de 24 de novembro de 1924 (reescrita) – Acervo Dom Joaquim

Carta sem data – Acervo Dom Joaquim

Carta de 29 de janeiro de 1922 – Acervo Dom Joaquim

Carta de 18 de fevereiro de 1922 - Acervo Dom Joaquim

Carta de 2 de fevereiro de 1922 – Acervo Dom Joaquim

